

# Remédio errado

O senador Nelson Carneiro, presidente do Senado, um homem a cuja história pessoal um dia a história parlamentar brasileira renderá homenagem, fez diagnóstico perfeito da enfermidade de que padece o Congresso brasileiro mas ofereceu-lhe terapia inadequada. O paciente, com certeza, morrerá mais depressa se lhe for aplicada a receita prescrita.

O senador pretende patrocinar emenda constitucional que introduza o regime parlamentarista de Governo para evitar que o Congresso "passe por uma situação semelhante àquela a que o general Geisel recorreu para baixar o pacote de abril". O Senador referia-se à suspensão temporária das atividades do Congresso, único remédio que o presidente Geisel encontrou para, numa emergência, conferir celeridade e eficácia ao processo legislativo. Nelson Carneiro, sensível, está enxergando a enfermidade: o Congresso não responde à dinâmica e às exigências de competência que a sociedade faz neste momento ao Estado brasileiro. Por isso poderá sucumbir.

É uma verdade. O Congresso, autorregulado em privilégios que tinha e não soube manter no passado, não tem sido ágil nem competente para acudir as complexas demandas que a sociedade cada vez mais desencadeia. O Congresso revela-se estatisante e atrasado, ideológico e demagógico, lento, complacente com sua própria fraqueza. Não deu um passo sequer, após a constituinte, para

profissionalizar-se, para agregar competência, para capacitar-se. O Congresso americano — basta um exemplo — trabalha com 8.000 PhDs entre funcionários e consultores contratados. Quantos PhDs tem o Congresso brasileiro? Não se precisa pesquisar. Com certeza há ali mais secretárias do que profissionais de nível superior a mestrado.

Para este problema a solução é conferir mais poder ao Congresso? É adicionar ao poder que já tem o poder da função executiva? O Congresso brasileiro, motor lento para legislar, teria agilidade para governar? E teria espírito público para fazê-lo sem contratar mais secretárias e motoristas, sem ressuscitar mais empresas estatais, sem dilapidar as receitas tributárias da União com transferências abusivas como a que acaba de conceder ao esporte? Sem conceder em demagogia, em ideologismos subdesenvolvidos, sem paternalizar, sem fiscalizar os seus próprios livros de ponto?

O Congresso brasileiro tem muito ainda a viver e a aprender antes que a sociedade brasileira possa confiar-lhe as tarefas do Governo. O sistema parlamentarista é uma hipótese de modernização do Estado que precisamos manter acesa, disponível para o futuro. Não há sistema melhor, como o provam os países que o possuem, valorizam-no e o respeitam. Não temos o direito de destruí-lo agora submetendo-o a uma experiência que, fora de qualquer dúvida, será um grave e irremediável fracasso.